



Revista de Administração da  
Universidade Federal de Santa Maria  
E-ISSN: 1983-4659  
rea@smail.ufsm.br  
Universidade Federal de Santa Maria  
Brasil

Silva, Júlio César; Hall, Rosemar José; Simão Kaveski, Itzhak David; Hein, Nelson  
ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES ESTADUAIS E FEDERAIS NO  
DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA  
Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 10, núm. 4,  
octubre-diciembre, 2017, pp. 688-704  
Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273453874007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES ESTADUAIS E FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

## *ANALYSIS OF IMPACT OF FEDERAL AND STATE GOVERNMENTS TRANSFERS IN DEVELOPMENT OF THE MUNICIPALITIES IN THE OF SANTA CATARINA*

Data de submissão: 05/12/2013

Aceite: 20/05/2016

Júlio César Silva<sup>1</sup>

Rosemar José Hall<sup>2</sup>

Itzhak David Simão Kaveski<sup>3</sup>

Nelson Hein<sup>4</sup>

### RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre os repasses de recursos estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. A pesquisa foi classificada como descritiva, com procedimentos que a caracterizam como documental, com dados dos repasses de recursos estaduais (ICMS) e Federais (FUNDEB e FPM) recebidos pelos 293 municípios do estado de Santa Catarina no período de 2008 a 2011. Quanto à abordagem, a pesquisa foi caracterizada como quantitativa, com a utilização da regressão linear múltipla. Os principais resultados da pesquisa demonstram haver uma relação entre o desenvolvimento dos municípios e a captação de recursos. E, também demonstrou que o fato de ter um valor maior de recursos implica em ter um IFDM maior. Vários municípios com grandes entradas de recursos apresentaram um valor de IFDM (2012) menor que sua posição no ranking de arrecadação, contudo nos cenários projetados para 2013 e 2014 as posições do ranking apresentam um viés de aumento, ou seja, começaram a melhorar.

**Palavras-chave:** Repasses estaduais e federais; Gestão pública, Desenvolvimento dos municípios.

---

1 Possui doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade de Blumenau - FURB (2015). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2003) e Graduado em Administração pela Fundação Educacional Regional Jaraguense - FERJ (1997). É Professor de Graduação e Pós-Graduação em nível de Especialização. Foi professor visitante do Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey-México e professor de Pós-Graduação da École des Mines - Saint Etienne- France Intituto Heliopolis e UNERJ. Blumenau. Santa Catarina. Brasil. E-mail: profjuliosilva72@gmail.com

2 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Estado do Mato Grosso Do Sul, UFMS, especialização em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário da Grande Dourados, UNIGRAN, especialização em Administração Financeira pela Universidade Federal do Estado do Mato Grosso do Sul, UFMS, especialização em Gestão da Clínica nos Hospitais do SUS pelo Hospital Sírio-Libanês, mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS e doutorado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB. Atualmente é professor da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: RosemarHall@ufgd.edu.br

3 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB e doutorado em andamento em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Atualmente é professor assistente A1 do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: itzhak.konoha@gmail.com

4 Possui graduação em Ciências de I Grau, graduação em Matemática e especialização em ensino de ciências/matемática pela Universidade Regional de Blumenau, FURB, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Blumenau. Santa Catarina. Brasil. E-mail: hein@furb.br

## ABSTRACT

*The objective of this research is to analyze the relationship between the transfers of state and federal resources on developing the municipalities of Santa Catarina. The research was classified as descriptive, with procedures that characterize it as a documentary, with data from the state fund transfers (ICMS) and federal (FUNDEB and FPM) received by the 293 municipalities of Santa Catarina from 2008 to 2011. As for approach, the research was characterized as quantitative, using multiple linear regression. The main results of the research demonstrate a relationship between the development of municipalities and fundraising. And, also demonstrated that the fact that a greater amount of resources implies having a greater IFDM. Several municipalities with large resource inputs had a value of IFDM (2012) lower than its position in revenue ranking, however the scenarios projected for 2013 and 2014 the ranking positions have an increased bias, which is, began to improve.*

**Keywords:** State and federal transfers; Public administration; Municipal development.

## 1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira, até recentemente, conquistava ganhos significativos em comparação aos países considerados de economias desenvolvidas, como EUA e Europa, porém, a crise econômica mundial afetou o Brasil e no ano de 2015 os números não são favoráveis, de acordo com Máximo (2015) o Governo Federal Prevê uma queda na arrecadação em torno de R\$ 7 bilhões, devido à redução da produção da industrial, e à redução do lucro das empresas (MÁXIMO, 2015).

Em direção contrária da crise o Estado de Santa Catarina prevê aumento de arrecadação para 2015, na ordem de 10,5% superior a 2014 (SANTA CATARINA, 2015). O que apresenta uma continuidade na evolução de arrecadação, o Estado de Santa Catarina no ano de 2011 teve um crescimento na sua arrecadação na ordem de 15,84%, estes resultados estão diretamente ligados com o próprio aumento arrecadatório, mas não somente, deve-se somar o gerenciamento de política de austeridade dos gastos públicos (SANTA CATARINA, 2011). Em 2012 a arrecadação só do ICMS, para o estado de Santa Catarina foi, em torno de 12 bilhões, em para 2013 aumentou para próximo de 14,1 Bilhões (FIESC, 2014).

As regiões Sul e Sudeste, por serem mais desenvolvidas economicamente, conseguem maior arrecadação de ICMS e, portanto, maior capacidade de obtenção de recursos refletindo na melhor provisão de bens públicos para suas comunidades (TORRES, 2013). Em contrapartida é necessária uma gestão pública eficiente, que beneficie os cidadãos. Em 2011 os investimentos realizados, por Santa Catarina, nas áreas consideradas sociais atingiram a marca de R\$ 916 milhões, com investimentos prioritários em transporte e urbanismo, educação, segurança pública, saúde, habitação, agricultura, dentre outros, e neste valor não estão incluídos os repasses constitucionais (SANTA CATARINA, 2011). Devido ao processo de afunilamento de ações e consequências, são os municípios os meios mais rápidos e diretos de alcance ao cidadão e contribuinte, pelas ações governamentais.

Na concepção de Zmitrowicz, Biscaro e Marins (2013) o desempenho da gestão dos municípios tem sido prejudicado pelo crescimento e desenvolvimento urbano desenfreado. Conforme os autores, este desenvolvimento ocasiona a necessidade premente de gestões públicas adequadas, eficientes e presentes com os anseios de sua comunidade, com uma necessidade de maiores recursos a sua disposição, e com processos gerenciais mais aprimorados. Invariavelmente o que acontece nos 293 municípios do estado de Santa Catarina também ocorre em outros municípios do Brasil, ou seja, “pelo princípio federativo o produto da arrecadação tributária é repartido entre as esferas de governo e essa repartição é denominada transferência intergovernamental e está estabelecida constitucionalmente” (MORATTA, 2015, P. 63). Dessa forma os

impostos, são recolhidos localmente nos municípios, transferidos para o estado e união e retornando posteriormente por meio da transferência intragovernamental.

Diante do impasse sobre o que se recebe de recursos e suas consequências nos municípios faz surgir a seguinte questão de pesquisa: Qual a relação dos repasses de recurso no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina? Para a resolução da questão problema, foi estabelecido como objetivo de pesquisa, analisar a relação entre os repasses de recursos estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. Os recursos estaduais e federais utilizados na pesquisa foram o ICMS, FUNDEB e Fundo de Participações dos Municípios (FPM) que representam o montante de 95,93% do total repassado aos municípios na forma de retorno dos tributos, não computados nesta totalização os repasses indiretos através de programas e projetos sociais, de acordo com a FECAM (2012). Para medir o desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), como forma de monitorar os indicadores sociais. O IFDM concentra os resultados alcançados pela educação, trabalho e renda, dos municípios de todo o país (FIRJAN, 2013).

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesse item, são descritos a revisão da literatura que trata da gestão pública, transferências de recursos e estudos similares, desenvolvidos por outros pesquisadores.

### 2.1 Gestão pública

A administração pública é todo o aparato governamental organizado em pessoas e recursos, utilizados para a realização dos objetivos de um governo, em todas suas instâncias, municipal, estadual e federal, segundo Waldo (1971, p. 6), “organização é a gerência de homens e materiais para a consecução dos propósitos de um governo”. Cabe ao governante direcionar os objetivos da administração à coletividade e ao cidadão, pois de acordo com Harmon e Mayer (1999), a administração pública é o trabalho de todos aqueles que atuam em nome do povo, em nome da sociedade, que delega de forma legal, e cujas ações têm consequências para os indivíduos e grupos sociais.

Para Meirelles (1984, p. 131) “o termo administração pública deve ser citado e. considerando que a mesma seja todo o aparelhamento do Estado, reordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Com o propósito de atingir as reais finalidades, a administração pública passou a ser compreendida e executada através de processos gerenciais, com indicadores e ênfase nos resultados. Conforme afirma Bresser-Pereira (2006, p.28):

A administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século XX como resposta à crise do Estado, como modo de enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como um instrumento de proteção do patrimônio público contra os interesses do *rent-seeking* ou da corrupção aberta.

Segundo Matias-Pereira (2008) no Brasil, com a reforma realizada na década de 1990, estabeleceu-se a nomenclatura “administração pública gerencial”, que deriva da expressão nova administração pública, no contexto do processo de reforma do aparelho estatal. “O Brasil buscou delinear um novo padrão de gestão pública, a denominada administração gerencial, apoiada nos princípios da flexibilidade, ênfase em resultados, foco no cliente e controle social” (MATIAS-PEREIRA, 2008 p. 75-76).

A configuração dos modelos de gestão pública é influenciada pelo momento histórico e pela cultura política que caracterizaram uma determinada época do país. Assim, a evolução, o aperfeiçoamento e a transformação dos modelos de gestão das organizações se desenvolvem a partir das pressões políticas, sociais e econômicas existentes e que se traduzem em diferentes movimentos reformistas empreendidos pelos governos que buscam um alinhamento com as demandas sociais internas e externas (FIATES, 2007).

A Reforma da Gestão Pública ou reforma gerencial do Estado brasileiro teve início em 1995, após a publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado e o envio da emenda da administração pública (Emenda 19) para o Congresso Nacional. Nos quatro primeiros anos do governo Fernando Henrique a reforma foi executada em nível federal, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Após a extinção do MARE, a gestão passou para o Ministério do Planejamento e Gestão, e os estados e municípios passavam a fazer suas próprias reformas (BRESSER-PEREIRA, 2012).

De acordo com Bresser-Pereira (2005), esta reforma foi compreendida em três dimensões, de acordo com o Quadro 1.

**Quadro 1 – Dimensões da reforma da gestão pública**

Dimensões	Descrição
Institucional-Legal	Voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais.
Gestão	Definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores a administração por resultados, a competição administrada por excelência, e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática.
Cultural	Mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial.

Fonte: Adaptado de Bresser-Pereira (2005).

Da gestão da iniciativa privada foram adotados valores perseguidos pela gestão, como, a eficiência, avaliação de desempenho, qualidade, planejamento estratégico e flexibilidade gerencial. Tais valores demonstram grande importância ao serem aplicados no setor privado. Entretanto, existem outros conceitos e valores que se fazem necessários na administração pública, que são: *accountability*, participação política, transparência, equidade e justiça (ABRUCIO, 1997). Para Bovaird e Löffler (2003), depois de muitos anos de especulação sobre a possibilidade do mercado assumir muito do seu papel, um governo forte e democrático é agora em geral visto como um elemento essencial para a sociedade. Além do mais, a qualidade dos serviços públicos é o principal assunto eleitoral na maioria dos países de todo o mundo (BOVAIRD; LÖFFLER, 2003).

Entretanto, para França Filho (2008) a gestão pública diz respeito àquele modo de gestão praticado no seio das instituições públicas de Estado nas suas mais variadas instâncias. Ainda, segundo o autor, esse modo de gestão distingue-se, consideravelmente, do modelo da gestão privada quanto à natureza dos objetivos perseguidos, mesmo assim, aproxima-se dele em relação ao modo de operacionalizar a gestão, que se assentam numa lógica de poder segundo os parâmetros de uma racionalidade instrumental e técnica. Entretanto, o atendimento à população deve ser o melhor possível, objetivando sempre o ideal, mesmo porque, na própria Constituição Federal do Brasil estabelece-se o princípio da eficiência no atendimento público, conforme relata Rosa (2001, p. 15).

O último princípio expresso no caput do Art. 37 da CF é o da eficiência, que também abarca dois entendimentos possíveis: tange ao agente público, que não pode atuar amadoristicamente, devendo buscar a consecução do melhor resultado possível, como também diz respeito à forma de organização da Administração Pública, que deve atentar para os padrões modernos de gestão ou administração, vencendo o peso burocrático, atualizando-se e modernizando-se. Com relação à exigência de eficiência, há duas normas expressas que a consagram no próprio texto constitucional: a avaliação periódica de desempenho a que está submetido o servidor; e a possibilidade de formalização de contratos de gestão, as organizações sociais e as agências executivas e outras formas de modernização [...].

Para atender de maneira eficiente, a gestão pública deverá estar o mais próximo possível da população. Para os pioneiros sobre economia do setor público e do federalismo fiscal, dentre eles, Tiebout (1956) e Oates (1972) reconhecem que a descentralização fiscal e as transferências intergovernamentais são importantes instrumentos para aumentar a eficiência do tratamento dos recursos públicos dos estados e municípios e obtendo melhores resultados para o bem-estar social da sua população. No item seguinte é tratado sobre a descentralização fiscal e as transferências Intergovernamentais.

## **2.2 Descentralização fiscal e transferências intragovernamentais**

De acordo Zmitrowicz, Biscaro e Marins (2013) a partir de 1988, com a Constituição Federal (CF), os municípios obtiveram autonomia na deliberação e execução dos interesses locais, independentemente de qualquer aprovação nos níveis Estadual ou Federal, sob os aspectos políticos administrativos em relação às suas finanças. Segundo Meirelles (1997) a CF de 1988 garantiu aos municípios o poder de editar a Lei Orgânica Municipal. Que, entre outras regras, define a gestão financeira e tributária do município, além da adoção de políticas para o desenvolvimento em diversos setores do município (ZMITROWICZ; BISCARO; MARINS, 2013).

Os municípios possuem fontes de recursos financeiros que advêm de três principais fontes: as próprias, por meio de impostos e taxas de competência municipal; dos recursos financeiros, advindos das transferências intragovernamentais; de impostos de competências estadual e federal, de acordo com a legislação vigente da Constituição Federal; e, de recursos financeiros, advindos de empréstimos e financiamentos (ZMITROWICZ; BISCARO; MARINS, 2013).

Há três tipos, fundamentais, de transferências governamentais, conforme descreve Mendes (2004): as transferências incondicionais sem contrapartida; as condicionais sem contrapartida; e, as condicionais com contrapartida e ilimitada. As transferências intergovernamentais incondicionais são aquelas em que os recursos são transferidos sem o estabelecimento de critérios específicos quanto ao local e forma de aplicação, não vinculando os recursos a gastos pré-determinados (MENDES, 2004). Por outro lado, segue o autor, as transferências condicionais sem contrapartida compreendem o conjunto de recursos, que ao serem transferidos têm-se como exigência o estabelecimento da forma de aplicação do mesmo. Enquanto que, as transferências condicionais com contrapartida, além do estabelecimento da forma de aplicação, devem ter definido um percentual a ser aplicado como contrapartida do recurso recebido (MENDES, 2004).

De acordo com Motta (2007) a gestão pública deve agir no sentido de manter a igualdade perante a Lei e de garantir oportunidades iguais, salvo nos casos em que as chances não são claramente iguais. Em razão da proximidade com a população, o gestor municipal possui melhor condição de gerenciar os recursos financeiros transferidos ao município para que atenda de maneira mais eficiente os anseios da comunidade (MENDES, 2004).

## 2.3 Estudos anteriores

Com a finalidade de estabelecer um conhecimento prévio e facilitar o entendimento e a compreensão a respeito da temática, se identificou estudos anteriores que abordaram assuntos correlatos à temática desenvolvida neste artigo, no Quadro 2 descreve-se os estudos em que se identifica os autores, ano de publicação do estudo, o título, os objetivos e os principais resultados revelados pelos autores dos estudos.

**Quadro 2 – Estudos anteriores sobre gestão públicas e desenvolvimento Municipal.**

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados dos estudos</b>
Pacheco (2003)	Aplicação e os impactos dos <i>royalties</i> do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios confrontantes da Bacia de Campos	Realizar um estudo sobre a importância dos recursos nas receitas dos municípios confrontantes da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. O ponto principal de análise é verificar de que maneira os benefícios estão sendo utilizados pelas Administrações Municipais, quais são os resultados dos investimentos que já podem ser percebidos e analisar a sustentabilidade dos mesmos.	Obteve-se a confirmação de que os <i>royalties</i> e participações especiais estão possibilitando maiores investimentos em infraestrutura nos municípios contemplados e, da mesma forma, estão sendo utilizados para fornecer, aos governos locais, os recursos necessários para suprir a demanda excessiva por serviços públicos. Ao mesmo tempo, não se verificou ações concretas para a promoção de um projeto de sustentabilidade e de diversificação da base produtiva local, de modo a prevenir o declínio econômico, decorrente da exaustão das reservas de hidrocarbonetos.
Coutinho (2006)	Os impactos dos <i>royalties</i> petrolíferos sobre o desenvolvimento econômico local: Um estudo comparativo entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Niterói	Objetiva elucidar os fatores que atuam sobre a escolha dos padrões de alocação dos recursos públicos nos municípios de Campos dos Goytacazes e Niterói.	Demonstrar, através de comparação, que as formas de arrecadação, combinadas a elementos políticos como a interação entre os grupos de pressão e as instituições locais, geram padrões de alocações que contribuem ou prejudicam o fortalecimento e o dinamismo das economias locais.
Matos Filho e Silva (2008)	O Gasto Público nos Municípios Produtores de Petróleo no Estado do Rio Grande do Norte: uma Avaliação dos Efeitos dos <i>Royalties</i> sobre o Desempenho das Finanças e das Políticas Públicas.	Utiliza a teoria normativa do federalismo fiscal para caracterizar os principais tipos de transferências intergovernamentais, e os conceitos relacionados com a avaliação de políticas públicas sob o ponto de vista do gasto e do financiamento, com base nos quais constrói índices para mensurar os referidos efeitos.	Verifica que os <i>royalties</i> foram responsáveis pelo crescimento das receitas e dos gastos sociais nos municípios pesquisados, porém isto não significou aumento automático no grau de autonomia das finanças municipais nem melhoria generalizada nas condições sociais da população. Ao contrário, trata-se de uma trajetória marcada por caminhos e descaminhos. Caminhos, que levam ao aumento do gasto em políticas sociais como educação, saúde, habitação e assistência social. Descaminhos, que levam à permanência de elevados graus de pobreza, de analfabetismo e de evasão escolar e ao recrudescimento de doenças de notificação compulsória, como tuberculose, dengue e hepatite.

Autores	Título	Objetivo	Resultados dos estudos
Moreira e Azevedo (2009)	Gestão Pública: entre a visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da Governança Pública	Acompanhar a evolução de um movimento reformista que vai da Administração Pública a Governança, passando pela Nova Gestão Pública.	Identificou que toda a problemática referente aos “estudos públicos” e à necessidade de reforma do Estado e da Administração Pública tem natureza interdisciplinar e uma forte vertente de ciências aplicadas. Várias áreas que tradicionalmente mereciam pouca atenção no âmbito das Ciências da Administração são hoje cruciais. A rápida alteração das relações e fronteiras entre Estado, mercado e sociedade civil exigem mais do que nunca a articulação entre ética, capital social e a prestação de serviços públicos.
Zapelini (2011)	As “big questions” da administração pública: uma proposta para o caso brasileiro	Recuperar o debate ocorrido nos Estados Unidos em torno das <i>big questions</i> ou questões centrais que norteiam o estudo da Administração Pública, para, a partir disso, trabalhar com uma proposta de questões para o caso específico do Brasil.	Observou-se a inexistência de um consenso entre os autores sobre quais devam ser essas questões, ainda que se perceba uma concentração dos estudos e debates em determinados temas. Desenvolve-se uma proposta de questões centrais, relacionadas ao problema da atuação da Administração Pública na sociedade como produtora de bens e serviços e como indutora do desenvolvimento econômico, à relação entre burocracia e democracia, e ao foco do estudo que deve ser utilizado.
Cardoso JR. (2011)	Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado.	Revisitar a discussão sobre planejamento e gestão no Brasil e remete sobre as possibilidades atuais de reconciliação entre essas funções contemporâneas do Estado na promoção do desenvolvimento nacional.	Apresenta a necessidade de se avançar na compreensão do tema, sugerem que as dimensões do planejamento e da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento estão de volta ao centro do debate nacional e dos circuitos de decisões governamentais.
Farah (2011)	Administração pública e políticas públicas	Realizar uma análise da incorporação das políticas públicas (PP) pela administração pública (AP) nos EUA e no Brasil.	Inicialmente, nos EUA, as PP não foram objeto da AP, dado o paradigma que presidiu a criação da disciplina, o da administração científica, nos anos 1960 e 1970, o movimento de análise de políticas públicas levou à constituição de escolas e cursos de PP e à reformulação de cursos e programas de AP. Estes passaram a incluir disciplinas de políticas públicas, enquanto os novos cursos de PP incluíram disciplinas de gestão pública. As políticas públicas foram incorporadas pela AP no Brasil ao mesmo tempo em que nos EUA, sob a influência daquele país. Tal incorporação refletiu, porém, especificidades da disciplina em nosso país: presença do desenvolvimentismo; valorização do planejamento; contexto ditatorial e tensão derivada da inserção institucional da AP



Autores	Título	Objetivo	Resultados dos estudos
Torres (2013)	Desigualdades econômicas interregionais, capacidade tributária e esforço fiscal dos estados e renda per capita 1995 a 2012	Analisar se houve melhora na acentuada desigualdade regional em face da melhoria no ambiente macroeconômico no Brasil após meados dos anos 90, no que tange aos efeitos das desigualdades econômicas (inter/intra) regionais correlacionando a capacidade fiscal (Receita Corrente, ICMS e FPE) e renda per capita na esfera do federalismo fiscal.	O estudo analisou os resultados da medição da capacidade da arrecadação tributária dos estados brasileiros, com destaque para os estados da região Norte e Nordeste para o período de 1995 a 2012. A análise demonstra o modelo de esgotamento do incremento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB e em preços constantes. Avaliou-se que se manteve a alta heterogeneidade da capacidade fiscal entre a receita corrente per capita do Brasil em relação aos estados da região Nordeste e Norte, bem como a desigualdade da renda per capita.
Moratta (2015)	A participação das transferências intergovernamentais no crescimento econômico dos municípios: um estudo no Estado de Santa Catarina.	Identificar a (in) dependência orçamentária em relação às transferências intergovernamentais dos Municípios com até 10.000 habitantes no Estado de Santa Catarina e seu reflexo para o crescimento econômico.	Demonstrou a dependência municipal com as transferências e que, na média da amostra, no período de 2008 a 2012, teve representatividade acima de 89%, exceto para o ano de 2010 quando esse valor corresponde a 76,38%, sendo a União a principal origem dessas transferências. Em relação à evolução do PIB, no período da pesquisa, foi de 11%. O resultado final é que a dependência dos Municípios em relação às transferências intergovernamentais não influencia o crescimento econômico.

Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre os repasses de recursos estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. Para isso, foram levantados dados sobre os repasses de recursos estaduais (ICMS) e Federais (FUNDEB e FPM), recebidos pelos municípios no período de 2008 a 2011. Desta forma, a pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto os objetivos, esse tipo de pesquisa trata de esclarecer determinado aspecto e/ou características de determinada ciência (RAUPP; BEUREN, 2008). Quando empregável a pesquisa descritiva há a preocupação do pesquisador com a observação dos fatos, seus registros, a análise, classificação e interpretação (ANDRADE, 2002). Já quanto à abordagem, a pesquisa foi caracterizada como quantitativa.

Os dados foram obtidos por meio de dados secundários, inicialmente, buscou-se os valores do IFDM de cada município pesquisado, por meio da divulgação deste indicador no site da FIRJAN. Os dados relativos aos repasses recebidos pelo município foram obtidos por meio de coleta, junto ao Portal de Transferências de Santa Catarina mantido pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Este procedimento é considerado como pesquisa documental, que se baseia em materiais que ainda não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2008).

As informações obtidas foram tratadas no software Microsoft Excel e analisadas no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) 20.0. A população de estudo são os 293 municípios de Santa Catarina, a escolha destes municípios foi intencional e não probabilística. Duas hipóteses de pesquisa foram estabelecidas.

$H_1$ : Há relação entre os recursos recebidos pelos municípios e o desenvolvimento municipal.

$H_2$ : Os municípios com maiores recursos têm melhores índices de desenvolvimento, continuamente. o IFDM

Com o propósito de validar ou negar as hipóteses, foram realizados os cálculos de correlação de *Pearson* entre os recursos recebidos entre os anos de 2008 a 2011 com o IFDM divulgado em 2012, em busca de verificar como o IFDM e os recursos se correlacionam nos municípios catarinenses. Entretanto a correlação de *Pearson* só pode ser aceita se houver normalidade nos dados da amostra. Desta maneira, fez-se o teste não paramétrico *Kolmogorov-Smirnov* para verificar a normalidade dos dados.

Após, o cálculo da correlação efetuou-se o cálculo da regressão linear múltipla. Desta forma, buscou-se medir a seguinte equação linear:

$$IFDM = ICMS.\alpha + FUNDEB.\beta + FPM.\gamma + \varepsilon$$

Em que:

IFDM = valor do IFDM do município

ICMS = Valor do ICMS arrecadado por município

FUNDEB = Valor do FUNDEB arrecadado por município

FPM = Valor do FPM arrecadado por município

$\alpha$ ,  $\beta$  e  $\gamma$  = constantes;

$\varepsilon$  = erro da regressão.

A equação, gerada pela regressão linear múltipla, possibilitou realizar uma projeção dos indicadores IFDM, dos cinquenta municípios com maior IFDM do estado de Santa Catarina para os anos de 2013 e 2014, com base nos valores recebidos pelos municípios em 2011 e 2012. A utilização de dados de dois anos anteriores se faz necessário, uma vez que, o IFDM tem sempre dois anos de atraso em sua divulgação em relação aos recursos investidos. Ou seja, os indicadores divulgados de 2013 e 2014 devem ser apurados utilizando os dados de recursos de 2011 e 2012, respectivamente.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina, ocasionados por meio do repasse de recursos estaduais e federais no período estudado, conforme apresentado na metodologia, foram analisados, ao todo, quatro variáveis. A estatística descritiva das variáveis é apresentada na Tabela 2.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IFDM	0,574	0,885	0,718	0,061
ICMS	1.307.462	204.253.848	7.410.912	17.765.670
FUNDEB	234.096	124.961.448	4.796.966	11.255.830
FPM	3.272.314	56.529.652	5.630.038	5.588.702

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode ser verificado a partir da Tabela 1 que o índice IFDM, que concentra os resultados alcançados pela educação, trabalho e renda, dos municípios de todo o país, apresentou uma baixa dispersão, como pode ser observado pelos valores obtidos pela média e desvios padrão. Já as variáveis ICMS, FUNDEB e FPM apresentaram uma maior heterogeneidade. É possível verificar ainda que o ICMS possui a maior intensidade nos valores observados em comparação com as outras variáveis, como pode ser verificado pelos valores de mínimo em R\$ 1.307.462 e o máximo em R\$ 204.253.848, ocasionado em parte pela presença de municípios com arrecadação elevada, originada pela maior circulação de produtos e serviços.

Antes de efetuar a análise de regressão linear múltipla, o estudo buscou analisar inicialmente a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis, calculou-se o coeficiente de Correlação de *Pearson* para as variáveis. Ressalta-se que foi aplicado o teste não paramétrico de *Kolmogorov-Smirnov* para verificar a normalidade dos dados, o teste evidenciou uma distribuição normal das variáveis em nível de 5% ( $p\text{-value} < 0.05$ ). Observa-se que a correlação não sugere necessariamente uma relação de causa e efeito, mas na associação entre as variáveis. A Tabela 2 apresenta a correlação de *Pearson* entre as variáveis.

**Tabela 2 – Correlação de *Pearson* entre as variáveis**

Variável	IFDM	ICMS	FUNDEB	FPM
IFDM	1,0000			
ICMS	0,459*	1,0000		
FUNDEB	0,475*	0,951*	1,0000	
FPM	0,506*	0,774*	0,862*	1,0000

\*A correlação é significativa no nível 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, a matriz de correlação apresenta que todas variáveis independentes possuem correlação positiva estatisticamente e significativa com a variável dependente, IFDM, a saber: ICMS ( $r = 0,459$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ), FUNDEB ( $r = 0,475$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ) e FPM ( $r = 0,506$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ). A baixa correlação entre as variáveis independentes com a dependente ocorre do fato de que outros fatores afetam o desenvolvimento dos municípios, ou seja, além do volume de recursos, fatores como: qualidade de gestão; gastos com a “máquina” pública; investimentos privados no município; entre outros, podem estar correlacionados com os valores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, visto que o IFDM é calculado com base no investimento feito em saúde, educação e níveis de emprego e renda dos municípios.

Após o cálculo da correlação de *Pearson* entre as variáveis independentes com a dependente, partiu-se para a análise da regressão linear múltipla. A regressão apresentou a ocorrência de multicolinearidade entre as variáveis FUNDEB e ICMS ( $r = 0,951$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ) e entre a FUNDEB e FPM ( $r = 0,862$ ;  $p\text{-value} < 0,01$ ). O que pode refletir nos resultados apurados, afetando o modelo da regressão e acarretar na diminuição do poder preditivo das variáveis, sendo assim, foi retirado do modelo de regressão a variável FUNDEB. Dessa forma, por meio da regressão linear múltipla, buscou-se verificar com variáveis ICMS e FPM, se estas explicam o impacto dos repasses de recursos no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. A Tabela 3 apresenta o resumo do modelo.

**Tabela 3 – Resumo do modelo**

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,517	0,267	0,262	0,0525	1,984

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3 a estatística de *Durbin-Watson* informa se a hipótese de independência dos erros é satisfeita, conforme Maroco (2007) o valor deve estar próximo de 2. Conforme a Tabela 3 é possível observar que o modelo não apresenta problemas de autocorrelação dos resíduos, pois seu valor 1,984 está próximo de 2, possibilitando aceitar a hipótese de independência do erro. A Tabela 3 descreve ainda o modelo globalmente, ela informa se o modelo é eficaz em prever o índice FIRJAN. O coeficiente de determinação ( $R^2$ ) serve como uma medida de quanto a variabilidade da saída pode ser debitada aos previsores. O modelo, apresentado na tabela 4, demonstra um  $R^2$  de 0,267, o que significa que as variáveis independentes são responsáveis por 26,7% da variação do índice FIRJAN.

Pelos valores do coeficiente de determinação é possível também inferir, que a variável dependente IFDM, não é totalmente explicada pelas variáveis independentes (ICMS e FPM) o que leva a crer que outros fatores influenciam no resultado do indicador de desenvolvimento do município, entre eles, outros recursos ou até mesmo a qualidade de gestão.

De acordo com os resultados encontrados pelos estudos de Moratta (2015) o desenvolvimento econômico dos municípios catarinenses não é impactado pelas transferências intra-governamental. O que coaduna com os resultados encontrados nesse estudo, em que há baixa explicação do IFDM pelas transferências de recursos (26,7%).

A Tabela 4 apresenta a análise de variância, que testa se o modelo possui um poder explicativo melhor do que a média, para explicar a variável independente.

**Tabela 4 – Análise de variância**

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Regressão	0,289	3	0,144	52,473	0,000
Resíduos	0,793	288	0,003		
<b>Total</b>	<b>1,082</b>	<b>290</b>			

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados apresentados pela análise de variância por meio do teste F (Tabela 4) pode-se afirmar que há um nível de significância de 1% ( $p\text{-value} < 0,01$ ), descrevendo que existe uma forte evidência que as variáveis independentes influenciam, significativamente, com o resultado do indicador de desenvolvimento dos municípios. Até o momento, foi verificado se o modelo melhorou ou não a previsão do indicador de desenvolvimento do município.

Por fim, na tabela 5, apresentam-se os coeficientes de regressão múltipla, com o objetivo de descrever a equação da regressão.

**Tabela 5 – Coeficiente de regressão múltipla**

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Modelo padrão	Beta		
(Constante)	0,691	0,005		146,628	0,000
ICMS	5,771E-010	0,000	0,168	2,108	0,036
FPM	4,108E-009	0,000	0,376	4,722	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Tabela 5, as variáveis independentes foram consideradas estatisticamente significantes ao de nível de 1% ( $p\text{-value} < 0,01$ ) para a constante e a variável FPM, o ICMS é considerado pelo estudo, significativo estatisticamente ao nível de 5% ( $p\text{-value} < 0,05$ ). Desta forma, verificou-se que o fundo de participação dos municípios (FPM) e o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), impactam positivamente no índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM). O que possibilita, de acordo com a Tabela 5, estabelecer a seguinte equação de regressão.

Com o estabelecimento da equação de regressão foi possível elaborar uma previsão para os anos de 2013 e 2014 do IFDM em que se levaram em consideração os valores de recursos repassados aos municípios em 2011 e 2012 para prever 2013 e 2014, respectivamente. A Tabela 6 demonstra o valor da previsão para os 50 municípios com melhores IFDM em 2012 e o ranking de recursos.

**Tabela 6 – Previsão do IFDM de 2013 e 2014**

Ranking (2012)	Cidade	Ranking de recursos (2010)	IFDM (2012)	Ranking (2013)	IFDM (2013)	Ranking (2014)	IFDM (2014)
1	Blumenau	3	0,8849	4	0,9095	4	0,9040
2	Brusque	10	0,8739	10	0,8049	10	0,7985
3	Florianópolis	4	0,8737	1	1,0329	1	0,9997
4	Joinville	1	0,8727	2	0,9712	2	0,9620
5	Chapecó	7	0,8607	7	0,8679	7	0,8545
6	Pomerode	30	0,8559	40	0,7396	43	0,7381
7	Jaraguá do Sul	5	0,8541	5	0,8914	5	0,8775
8	Concórdia	14	0,8462	15	0,7716	18	0,7675
9	Tubarão	13	0,8451	13	0,7860	14	0,7792
10	Balneário Camboriú	19	0,8433	12	0,7897	12	0,7946
11	Itajaí	2	0,8408	3	0,9208	3	0,9141
12	Guaramirim	18	0,8403	30	0,7521	33	0,7503
13	Itapema	54	0,8357	33	0,7486	15	0,7738
14	Tigrinhos	279	0,8350	271	0,7081	165	0,7116
15	Rio do Sul	22	0,8317	17	0,7679	20	0,7627
16	Timbó	26	0,8274	36	0,7449	34	0,7469
17	Tijucas	41	0,8266	38	0,7407	42	0,7391
18	Criciúma	9	0,8224	9	0,8609	9	0,8485
19	Gaspar	24	0,8196	21	0,7617	22	0,7605
20	Indaial	23	0,8148	20	0,7624	24	0,7587
21	Maravilha	58	0,8135	58	0,7280	72	0,7268
22	Pinhalzinho	75	0,8117	78	0,7223	101	0,7195
23	Braço do Trombudo	179	0,8079	164	0,7090	150	0,7132
24	Guabiruba	64	0,8070	59	0,7279	67	0,7280
25	Palhoça	16	0,8020	11	0,8014	11	0,7947
26	Saudades	125	0,8018	137	0,7099	131	0,7151
27	Içara	28	0,7991	25	0,7598	25	0,7581
28	São José	6	0,7966	6	0,8680	6	0,8548
29	Antônio Carlos	89	0,7965	125	0,7109	164	0,7116
30	Itá	36	0,7964	92	0,7173	120	0,7161
31	São Bento do Sul	12	0,7959	14	0,7781	16	0,7722
32	Corupá	91	0,7953	80	0,7212	86	0,7225
33	Urussanga	50	0,7940	54	0,7288	65	0,7282
34	Schroeder	84	0,7909	84	0,7211	95	0,7207
35	Alto Bela Vista	237	0,7882	237	0,7083	261	0,7090
36	Orleans	55	0,7875	56	0,7283	70	0,7274
37	Novo Horizonte	230	0,7868	227	0,7084	194	0,7102
38	Massaranduba	76	0,7858	79	0,7217	92	0,7214
39	Camboriú	43	0,7837	26	0,7595	31	0,7548

40	Navegantes	33	0,7834	28	0,7578	23	0,7605
41	Braço do Norte	51	0,7830	44	0,7332	54	0,7315
42	Biguaçu	17	0,7823	18	0,7664	21	0,7627
43	Videira	15	0,7821	22	0,7615	26	0,7570
44	Araquari	72	0,7811	46	0,7327	48	0,7350
45	Caibi	153	0,7807	156	0,7093	103	0,7193
46	Nova Erechim	147	0,7754	154	0,7093	109	0,7182
47	Iomerê	143	0,7747	136	0,7100	108	0,7182
48	Palmitos	67	0,7742	76	0,7224	93	0,7213
49	Luzerna	166	0,7736	167	0,7089	182	0,7106
50	Treze Tílias	106	0,7722	4	0,7104	172	0,7112

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados, apresentados na Tabela 6, revelam que o município de Blumenau ficou em terceira posição com as entradas de recursos em 2010, permanecendo em primeiro colocado no IFDM de 2012. De acordo com a previsão, a cidade de Blumenau deverá permanecer em posições similares nos IFDM de 2013 e 2014. Bem como, a capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis como o quarto município que mais arrecadou recursos, ficou com a terceira posição do IFDM em 2012, alterando para primeira colocada em 2013 e 2014. Por outro lado, Joinville que possui a maior arrecadação do estado, ficou em quarta colocada no IFDM (2012) e na previsão elaborada, foi evidenciada uma tendência de o município ficar com o segundo colocado nos anos de 2013 e 2014.

Entre os dez maiores municípios em arrecadação de recursos, há de se destacar, positivamente, o desempenho do município de Brusque que mesmo por posicionar-se na décima colocação em arrecadação, permaneceu como segundo melhor município de IFDM (2012). Contudo, Brusque deverá se estabelecer na décima posição no IFDM na projeção dos próximos dois anos. Além disso, ocorreu de que entre os dez maiores municípios de arrecadação houvesse um destaque negativo, que é a cidade São José, mesmo possuindo a sexta maior arrecadação do Estado, o seu IFDM de 2012 é o vigésimo oitavo. Porém, foi evidenciada uma previsão de melhora para os períodos de 2013 (6ª) e 2014 (6ª), respectivamente.

Outro município que deve se destacar é Pomerode, que apesar de ter a trigésima arrecadação, possui o quarto melhor desempenho municipal do Estado, entretanto existe um aumento de sua posição, o qual passa ocupar a 40ª (2013) e 43ª (2014) posição respectivamente. Também se destaca o município de Tigrinhos com a ducentésima nona em arrecadação e uns dos melhores índices de desenvolvimento municipal, o qual ocupa a decima quarta posição em 2012.

Os dados analisados evidenciaram a existência de vários municípios que possuem entrada maior de recursos, entretanto baixos índices de desenvolvimentos. Por outro lado, municípios que não alcançaram valor tão expressivo de arrecadação, apresentam um IFDM melhor. Portanto, novamente os resultados demonstram que os recursos são importantes para o desenvolvimento dos municípios, porém, não são fatores exclusivos de desenvolvimento.

Considerando as hipóteses levantadas, foram elaborados os cálculos de regressão e correlação para aceitá-las ou refutá-las. Tanto os cálculos de regressão linear, quanto o cálculo de correlação de Pearson, demonstraram haver relação entre os recursos recebidos e o índice de desenvolvimento dos municípios. Porém, essa relação não é alta, o que demonstra que outros fatores, além dos recursos arrecadados pelos municípios, impactam o desenvolvimento. Um dos fatores que podem influenciar é a qualidade da gestão dos recursos pelos gestores públicos. Entretanto, essa proposição não foi objeto de análise no estudo.

Dessa forma é possível aceitar a  $H_1$  de que “há relação entre os recursos recebidos pelos Municípios e o desenvolvimento Municipal”. Havia a expectativa que os maiores municípios em captação de recursos teriam os melhores índices de desenvolvimento, contudo, alguns municípios nessa situação não apresentaram os melhores índices. O que pode ser visto que dos 50 municípios com maior arrecadação, somente, 28 se mantêm entre os 50 municípios com maiores IFDM em 2012.

Contudo, nos anos seguintes em que foi projetado o IFDM, ocorreram mudanças na posição de algumas cidades que obtiveram pouca arrecadação nesse cenário, o que implica em afirmar que no espaço curto de tempo das projeções, haverá mudanças significativas no indicador de desenvolvimento dos municípios. Dessa forma não é possível aceitar a  $H_2$  da pesquisa, que os municípios com maiores recursos têm melhores índices de desenvolvimento, continuamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a relação entre os repasses de recursos estaduais e federais (ICMS, FUNDEB e FPM) no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. Para tanto, utilizou-se da estatística descritiva, com o intuito de caracterizar os dados da pesquisa. Em seguida foi realizada a correlação de *Pearson* buscando encontrar relação entre as variáveis. Seguido, da regressão linear múltipla para comprovar. Por fim, foi estabelecido um posicionamento das cidades quanto ao índice IFDM em 2012 e uma projeção para os anos de 2013 e 2014 e o posicionamento dos municípios quanto ao valor total de arrecadação.

Os resultados da correlação demonstraram que há correlação significativa entre as variáveis, mas apresentou uma multicolinearidade entre as variáveis FUNDEB e ICMS e entre a FUNDEB e FPM. Visto que, estes resultados poderiam ter afetado o modelo da regressão e acarretar na diminuição do poder preditivo das variáveis, foi retirado do modelo de regressão a variável FUNDEB. Os resultados encontrados levaram a aceitação da hipótese  $H_1$ , que pressupunha haver uma relação entre o desenvolvimento dos municípios e a captação de recursos. Contudo outros fatores podem contribuir ao desenvolvimento, além dos recursos, a boa gestão dos recursos, a redução dos gastos para manutenção da “máquina” pública e investimentos privados no município, podem ser fatores que ampliem os investimentos em melhoria da Saúde, educação e geração de emprego e renda, quesitos esses que compõe o IFDM. A regressão linear múltipla, demonstrou que o modelo preditor é válido e significativo estatisticamente.

O estudo também observou que o fato de ter um valor maior de recursos não implica, necessariamente, em ter um índice de desenvolvimento municipal (IFDM) maior. Vários municípios com grandes entradas de recursos apresentaram um valor de IFDM (2012) menor que sua posição no *ranking* de arrecadação, contudo nos cenários projetados para 2013 e 2014 suas posições foram melhores, ou seja, a arrecadação não impacta de forma acentuada no desenvolvimento dos municípios. Resultado semelhante ao encontrado por Moratta (2015) que evidenciou que os repasses de recursos intragovernamentais não impactam no desenvolvimento econômico, dos municípios com até 10.000 habitantes de Santa Catarina. Dessa forma é possível responder que há impacto dos repasses Estaduais e Federais no desenvolvimento dos municípios, porém, devem ser somados a este a qualidade da gestão para ampliar o desenvolvimento municipal.

Enfim o trabalho teve suas limitações, pois conforme descrito o IFDM é um indicador que é apurado pela FIRJAN, que avalia as informações em saúde, educação e geração de emprego e renda. O IFDM se utiliza de dados obtidos após a divulgação pelos órgãos competentes, a metodologia do cálculo do indicador não poderia ser controlada pelos pesquisadores o que pode limitar o poder de análise dos resultados. Principalmente em análise mais detalhadas de cada

município estudado, em destaque àqueles que apresentaram situações conflitantes entre a receita e o indicador. Uma análise mais aprofundada destes municípios pode, talvez, esclarecer melhor o porquê da obtenção de sucesso ou fracasso no Indicador de desenvolvimento municipal. Desta forma espera-se ter contribuído com a discussão do tema e que o presente estudo sirva de motivação a novas pesquisas, de forma a ampliar a análise pormenorizada dos fatores que levam ao desenvolvimento dos municípios brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, n. 10. Brasília: ENAP, 1997.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2002.
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. **Public management and governance**. London: Routledge, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do Estado brasileiro e o desenvolvimento. **Revista eletrônica sobre Reforma do Estado**, n. 3, set./nov., 2005.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma gerencial de 1995**. Revista do Serviço Público, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.reformadagestaopublica.org.br/>>. Acesso em: 06/06/2012.
- CARDOSO JR., J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: Ipea, 2010.
- COUTINHO, R. S. **Os impactos dos royalties petrolíferos sobre o desenvolvimento econômico local**: um estudo comparativo entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Niterói. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CUNHA, J. V. A. da; COELHO, A. C. Regressão Múltipla. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Org.) **Análise Multivariada: para Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-36, 2011.
- FECAM, Federação Catarinense de Municípios. Portal das Transferências Constitucionais – SC de 2012. Disponível em: <http://receitas.fecam.org.br/estado>. Acesso em 25 de junho de 2013.
- FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina em Dados: 2014/ Unidade de Política Econômica e Industrial. Florianópolis: FIESC, v. 24. p. 1-192. 2014.
- FIATES, G. G. S. **Modelos de gestão e gestão pública**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007
- FIRJAN, Federação da Indústria do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. 2013. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/> Acesso em: 10 agosto 2013.
- FRANÇA FILHO, G. Definindo gestão social. In: Silva J. et al. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- HARMON, M. M.; MAYER, R. T. **Teoría de la**



**organización para la administración pública.** México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS.** 3. ed, Lisboa: Sílabo, 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 61-82, jan./fev., 2008.

MATOS FILHO, J.; SILVA, M. J. A. da. O gasto público nos municípios produtores de petróleo no estado do Rio Grande do Norte: uma avaliação dos efeitos dos royalties sobre o desempenho das finanças e das políticas públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais....** São Paulo: ANPAD, 2008.

MÁXIMO, W. Governo reduz previsão de receita para 2015. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/governo-reduz-previsao-de-receita-para-2015-mas-nao-corta-novos-gastos> Acesso em: 25 out. 2015.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

MEIRELLES, H. L. **Direito municipal brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

MENDES, M. Federalismo fiscal. In: Biderman, C.; Arvate, P. (Org.) **Economia do setor público no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MORATTA, Nelson Granados. **A participação das transferências intergovernamentais no crescimento econômico dos municípios: um estudo no estado de Santa Catarina.** 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MOREIRA, J.M.; ALVES, A.A. Gestão Pública: entre a visão clássica da Administração

Pública e o novo paradigma da Governança Pública. **Revista Enfoques: Ciência Política y Administración Pública**, v. 7, n. 11, p. 11-36, 2009.

MOTTA, P.R. A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. esp., p. 87-96, 2007.

OATES, W. E. An Essay on Fiscal Federalism. **Journal of Economic Literature**, v. 37. n. 3. p. 1120-1149. sep. 1999.

PACHECO, C. A. G. **A aplicação e os impactos dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios confrontantes da Bacia de Campos.** Monografia (Instituto de Economia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSA, M. F. E. **Direito administrativo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTA CATARINA. **Mensagem Anual à Assembleia Legislativa.** Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SANTA CATARINA. **Arrecadação do Estado fecha trimestre com crescimento acumulado de 4,23%.** 2015. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/noticias/arrecada%C3%A7%C3%A3o-do-estado-fecha-trimestre-com-crescimento-acumulado-de-423> Acesso em: 22 de outubro 2015.

TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. **The Journal of Political Economy**, v. 64, n. 5, p. 416-424, oct. 1956.

TORRES, W. C. Desigualdades econômicas interregionais, capacidade tributária e esforço fiscal dos estados e renda per capita 1995 a 2012. **Economia política do desenvolvimento**

**Maceió**, v.6, n.17, p. 31-64, maio/ago. 2013.

WALDO, D. **O estudo da administração pública.**

2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

ZAPELINI, M. B.As “big questions” da administração pública: uma proposta para o caso brasileiro. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 155-175, maio/ago. 2011.

ZMITROWICZ, W., BISCARO, C., MARINS, K. R. C. **C. A organização administrativa do município e o orçamento municipal.** São Paulo: EPUSP, 2013. 38 p. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/20).